



## Ministério Público Estadual

### MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO  
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES

#### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA  
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO  
FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELLOS  
EDUARDO BARROS MALHEIROS  
LUCIANO CHAGAS DA SILVA  
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA  
CARLOS ALBERTO TORRES  
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ  
SÉRGIO ROCHA CAVAI CANTI JUCA  
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA  
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES  
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA  
ARNOLDO PETRÚCIO CHAGAS  
DILMAR LOPES CAMERINO  
DENNIS LIMA CALHEIROS  
VICENTE FÉLIX CORREIA

#### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA  
JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES  
LUCIANO CHAGAS DA SILVA  
FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELLOS  
VICENTE FÉLIX CORREIA  
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO  
CARLOS ALBERTO TORRES

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA  
MARCOS BARROS MERO

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR  
MARCUS RÔMULO MAIA DE MELLO

DIRETOR DO 2º CAO  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR-GERAL  
EVELINE RODRIGUES DE SOUZA

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO  
IVAN DE HILANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO  
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS  
JOSÉ GAMA FILHO

DIRETORA DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA  
ANDRÉA DÓRIA DE SOUZA ALMEIDA

DIRETOR DE PESSOAL  
OTÁVIO LESSA SARMENTO

### Procuradoria-Geral de JUSTIÇA

#### DIRETORIA GERAL

O Procurador-Geral de Justiça, Dr. Coaracy José Oliveira da Fonseca, nesta data, despachou os seguintes processos:  
Proc: 3.162/05

Interessado: Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Senador Ruy Palmeira.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça Coletiva da Infância e da Juventude.

Proc: 027/06

Interessado: Diretoria Administrativa.

Assunto: Requerendo abertura de licitação.

Despacho: Acato o parecer da Consultora Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo - Licitação - Modalidade Pregão Presencial - Fase Interna - Contratação de empresa para fornecimento parcelado de combustível. Justificada a necessidade de contratação. Existência de dotação orçamentária. Minuta do Edital satisfaz as exigências legais. Pela aprovação do material confeccionado, após o cumprimento das alterações ora sugeridas, com ulterior autorização do certame".

Proc: 046/06

Interessado: Diretoria Administrativa.

Assunto: Requerendo abertura de licitação.

Despacho: Acato o parecer da Consultora Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo - Licitação - Modalidade Pregão Presencial - Fase Interna - Contratação de empresa para fornecimento parcelado de combustível para Arapiraca. Justificada a necessidade de contratação. Existência de dotação orçamentária. Minuta do Edital satisfaz as exigências legais. Pela aprovação do material confeccionado, após o cumprimento das alterações ora sugeridas, com ulterior autorização do certame".

Proc: 134/06

Interessado: Diretoria Administrativa.

Assunto: Requerendo abertura de licitação.

Despacho: À Comissão de Licitação para providenciar edital.

Proc: 155/06

Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho - 19ª Região.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Encaminhe-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 178/06

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Encaminhe-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 180/06

Interessado: José Barros Cavalcante e outros.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Fundações.

Proc: 181/06

Interessado: Secretaria Executiva de Ressocialização.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Encaminhem-se copia dos autos à Promotoria de Justiça Especializada competente na repressão ao tráfico de drogas.

Proc: 182/06

Interessado: Controladoria-Geral da União.

Assunto: Encaminhando relatório.

Despacho: Encaminhe-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.

O Procurador-Geral de Justiça Substituto, em exercício nesta data, Dr. Luciano Chagas da Silva, despachou o seguinte processo:  
Proc: 508/05

Interessado: Juízo de Direito da 14ª Vara Criminal da Capital/Delitos de Trânsito.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: ...designo a Dra. Nísia Cunha Rios, Promotora de Justiça, para ofertar a competente peça inaugural e acompanhar o feito, até o final.

Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 24 de janeiro de 2006.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima  
Assessor Técnico/Diretoria Geral

#### ATO DE NOMEAÇÃO 53/06

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve nomear KARLAMARIAACIOLI DE MELLO para exercer o cargo, de provimento em comissão, de Assessor Especial, Símbolo AS-1, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 24 de janeiro de 2006.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA nº 021, DE 24 DE JANEIRO DE 2006.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V da Lei Complementar nº 15/96, resolve designar a Dra. NÍSIA CUNHA RIOS, Promotora de Justiça Substituta de 3ª entrância, para funcionar nos autos do Inquérito Policial 054/04, em tramitação no 14ª Vara Criminal da Capital.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA  
Procurador-Geral de Justiça

#### EDITAL MPE Nº. 02/2006

1º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE QUADRO RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 9º, da Lei Complementar Estadual nº. 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE:

Abriu o 1º Processo Seletivo de Estagiários, da área de Direito, para o Ministério Público do Estado de Alagoas, em conformidade com os convênios firmados com a Universidade Federal de Alagoas - UFAL e a Fundação Educacional Jayme de Altavila - FEJAL, conforme o Processo Administrativo PGJ nº. 2.536/2005 e o Edital de Credenciamento nº. 001/2005.

O processo seletivo será realizado sob a coordenação da Comissão Examinadora do 1º Processo Seletivo de Estagiários do Ministério Público do Estado de Alagoas, nomeada pelo Ato PGJ nº. 07/05, que será responsável pela operacionalização da seleção de que trata o presente edital e da análise de eventuais recursos.

#### 1. DO ESTÁGIO

1.1. O estágio terá carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período da tarde, tendo duração de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por até igual período, a critério do Ministério Público, fazendo o estagiário jus a uma bolsa no valor de 01 (um) salário mínimo vigente, deduzindo-se, tão somente, parcela correspondente ao seguro obrigatório contra acidentes pessoais previsto no art. 4º da Lei 6.494/77.

#### 2. DA INSCRIÇÃO

2.1. O período de inscrição será de 02 a 07 de fevereiro de 2006, das 14 às 18 horas, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, situada na Rua Pedro Jorge Melo e Silva, nº. 79, poço, Maceió/Al, ou na sede do 2º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Avenida Ceci Cunha, nº. 157, Arapiraca.

2.2. O prazo das inscrições poderá ser prorrogado por ato do Procurador-Geral de Justiça.

2.3. Será admitida a inscrição por terceiros, mediante procuração, com reconhecimento de firma, assumindo o candidato total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador.

2.4. Só será deferida a inscrição do candidato que, no ano letivo de 2006, esteja cursando os dois últimos anos do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal de Alagoas - UFAL ou da Fundação Educacional Jayme de Altavila - FEJAL, credenciadas pelo Processo Administrativo PGJ nº. 2.536/2005.

2.5. Valor da inscrição: R\$ 15,00 (quinze reais) mais uma lata de leite em pó.

#### 3. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A INSCRIÇÃO

Para a inscrição serão exigidos os seguintes documentos:

- A) Cópia de documento de identidade, acompanhado do original ou cópia autenticada.
- B) Ficha de inscrição, preenchida no ato da inscrição.
- C) Certificado de matrícula no curso de Direito da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, ou no da Fundação Educacional Jayme de Altavila - FEJAL.
- D) Certidão de antecedentes criminais das Justiças Estadual e Federal.
- E) Declaração de disponibilidade de tempo para a realização de estágio de 20 (vinte) horas semanais, no período das 14:00 às 18:00 horas.

F) Comprovante do pagamento da taxa de inscrição (depósito na conta nº. 5.739-8, agência 3.557-2, Banco do Brasil),

#### 4. DAS VAGAS

4.1. O presente processo de seleção tem por finalidade o preenchimento imediato das seguintes vagas para estagiários do curso de graduação em Direito.

LOCAL DO ESTÁGIO	NO DE VAGAS
Maceió	33
Arapiraca	07

5. DA PROVA DE SELEÇÃO

5.1. O processo seletivo será composto de 2 (duas) provas, ambas a serem realizadas no dia 19 de fevereiro de 2006, quais sejam:

5.1.A. Prova objetiva - A prova objetiva será eliminatória e conterá 60 (sessenta) questões, de conhecimentos específicos em Direito, conforme programa constante do Anexo I. Cada questão da prova objetiva valerá 01 (um) ponto. Caso existam questões com alternativas a serem preenchidas com verdadeiro (V) ou falso (F), o ponto da questão será dividido, proporcional e igualmente, entre os itens. Será considerado desclassificado o candidato que não acertar 50% (cinquenta por cento) da prova objetiva.

5.1.B. Prova de redação - A prova de redação valerá 40 (quarenta) pontos e consistirá em texto narrativo, dissertativo e/ou descritivo acerca de um título, tendo por objetivo avaliar a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa. Deve o candidato observar, sob pena de desclassificação, as seguintes regras:

I. A redação deverá ter, no mínimo, a extensão de 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas.

II. A prova de redação deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul, fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato portador de deficiência, se a deficiência impossibilitar a redação pelo próprio candidato e de candidato que solicitou atendimento especial. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um membro designado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

III. A folha definitiva de texto da prova de redação não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca identificadora. IV. A folha de texto definitiva será o único documento válido para a avaliação de prova de redação. A folha para rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para finalidade de avaliação.

5.2. Data das provas - as provas (objetiva e a redação) serão realizadas no dia de 19 de fevereiro de 2006, das 14:00 às 19:00 horas, em local que será divulgado, após o término das inscrições, no endereço eletrônico do Ministério Público (<http://www.mp.al.gov.br>), assim como no Diário Oficial do Estado de Alagoas. O candidato deverá apresentar-se, sob pena de não realizar a prova, com 30 (trinta) minutos de antecedência, ou seja, até, no máximo, às 13:30 horas. O candidato deverá estar munido de caneta esferográfica azul, comprovante de inscrição e documento de identidade.

5.3. Tempo para realização das provas - será de 05 (cinco) horas o tempo destinado à realização das provas, devendo o candidato, sob pena de desclassificação, observar as seguintes regras:

A. Não será permitida consulta durante a realização das provas. A consulta implicará na desclassificação do candidato. B. Não será permitido o uso de qualquer aparelho eletrônico durante a realização das provas.

6. DA CLASSIFICAÇÃO

6.1. DA CLASSIFICAÇÃO - Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de pontos na prova objetiva (conhecimentos específicos em Direito), a qual obedecerá ao programa do Anexo I.

6.2. DO DESEMPATE - A classificação será efetuada em ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos. Caso haja empate no somatório de pontos, será considerado, de forma sucessiva e não cumulativa, para classificação:

1º) o maior número de pontos obtidos na prova objetiva;  
2º) o maior número de semestres cursados no curso de Direito;  
3º) a maior idade.

7. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

7.1. O resultado do processo seletivo será divulgado no endereço eletrônico <http://www.mp.al.gov.br>, nos murais do edifício-sede da Procuradoria Geral de justiça e no Diário Oficial do Estado de Alagoas.

7.2. O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias úteis, após a data da divulgação do resultado.

7.3. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Seleção e protocolados na sede da Procuradoria Geral de Justiça, localizada na Rua Pedro Jorge Melo e Silva, nº. 79, Maceió/AL.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação dar-se-á sem vínculo empregatício, com a assinatura de termo de compromisso de estágio, firmado entre a Procuradoria Geral de Justiça, a Instituição de Ensino e o Estagiário.

8.2. Documentos a serem apresentados para contratação:  
a) Declaração expedida pela Secretaria da Instituição de Ensino, referente ao período ou ano cursado pelo aluno.  
b) Histórico Escolar.

8.3. A contratação será extinta com a conclusão do curso de Direito, com o desligamento do aluno da instituição conveniada, com o decurso do prazo previsto no item 1.1 e conforme estabelecido no termo de compromisso.

9. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

9.1. O processo seletivo tem validade de 01 (um) ano, a contar da data de divulgação do resultado, podendo ser prorrogado, por igual período, a critério do Procurador-Geral de Justiça.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O candidato aprovado, quando convocado, não poderá recusar o ingresso imediato no estágio, sob pena de ser considerado desistente.

10.2. O Conselho Superior do Ministério Público, na primeira reunião que se seguir à proclamação dos resultados, apreciará a idoneidade e a capacidade dos candidatos e fará a indicação dos estudantes para a nomeação, observada a ordem de classificação.

10.3. A jornada de estágio será de 4 (quatro) horas diárias, com a observância de uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, das 14:00 às 18:00 horas.

10.4. Compete ao Procurador-Geral de Justiça a escolha da área de atuação do estagiário, designando-o para o órgão do Ministério Público correspondente.

10.5. Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Maceió/AL, 24 de janeiro de 2006.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA  
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO I

PROGRAMA

1) Programa da prova objetiva:

1.1. Programa da matéria DIREITO CONSTITUCIONAL

Normas Constitucionais: Aplicabilidade e Eficácia; noções de hermenêutica constitucional. Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais: direitos individuais e coletivos, direitos sociais, da nacionalidade, direitos políticos e partidos políticos. Da Organização do Estado: União, Estados Federados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. Intervenção. Da Organização dos Poderes: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário; sistemas de controle de constitucionalidade; das funções essenciais à Justiça. Da Ordem Social: da educação da cultura e do desporto; da comunicação social; do meio ambiente; da família, da criança, do adolescente e do idoso.

1.2. Programa da matéria DIREITO CIVIL

a) Aplicação da lei no tempo e no espaço.  
b) Hierarquia, integração e interpretação das leis.  
c) Das pessoas naturais: personalidade, capacidade e domicílio.  
d) Das pessoas jurídicas: classificação, registro e normas gerais. Domicílio. Abuso da personalidade jurídica.  
e) Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico e dos atos jurídicos.  
f) Do Direito de Família. Das relações de parentesco. Da filiação. Da adoção. Do regime de bens entre os cônjuges. Da união estável.

1.3. Programa da matéria DIREITO PROCESSUAL CIVIL

a) Jurisdição e Competência.  
b) Ação: conceito, classificação, espécies, natureza jurídica e condições.  
c) Processo: conceito e natureza jurídica. Processo de conhecimento, processo cautelar.  
d) Sujeitos da relação processual. Parte (conceito). Capacidade de ser parte e capacidade de estar em juízo. Procuradores. Ministério Público.  
e) Dos prazos.

1.4. Programa da matéria DIREITO PENAL

1. Princípios constitucionais aplicáveis ao Direito Penal (art. 5º, incisos XXXIX a XLVII - Constituição Federal);  
2. Código Penal (Parte Geral)

" Da aplicação da lei penal (arts. 1º a 12);  
" Do crime (arts. 13 a 25);  
" Da imputabilidade penal (arts. 26 a 28);  
" Do concurso de pessoas (arts. 29 a 31);  
" Das espécies de pena (arts. 32 a 52).

1.5. Programa da matéria DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Princípios constitucionais e gerais aplicáveis ao Processo Penal  
2. Inquérito Policial  
3. Prisão Provisória  
4. Liberdade Provisória  
5. Ação Penal:  
" Condições da ação  
" Condições objetivas de punibilidade  
" Condições de procedimentalidade  
" Pressupostos processuais  
" Ação Penal Pública Incondicionada  
" Ação Penal Pública Condicionada  
" Ação Penal Privada  
6. Denúncia e Queixa  
" Requisitos, prazos, diligências e aditamento.  
7. Sujeitos Processuais  
8. Da Citação e da Intimação  
9. Da Sentença Penal  
10. Dos Processos em espécie  
" Processo Comum  
" Processo dos Crimes da Competência do Júri  
" Processo dos Crimes de Menor Potencial Ofensivo - Lei 9.099/95  
11. Das Disposições Gerais do Código de Processo Penal  
" Prazos. Contagem.

1.6. Programa da matéria DIREITO ADMINISTRATIVO

a) Princípios constitucionais da administração pública. Princípios doutrinários da administração pública.  
b) Atos administrativos.  
c) Licitações e contratos administrativos, Lei nº. 8.666/93.  
d) Improbidade administrativa, Lei nº 8.429/92.

1.7. Disposições legais específicas.

a) Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. Lei nº. 8.625/2003 e Lei Orgânica do Ministério Público de Alagoas (Lei Complementar Estadual (AL) nº. 015/96); Princípios institucionais do Ministério Público; organização do Ministério Público; das funções dos órgãos de execução; das garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público; Princípios Institucionais; das funções institucionais; da Procuradoria Geral de Justiça; da Corregedoria Geral do Ministério Público; das Procuradorias de Justiça; das Promotorias de Justiça.

2) Da prova de redação - Observar o disposto no item 5.1.B.

PROTOCOLO GERAL

AO(S) 23º DIA(S) DO MÊS DE JANEIRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTA SETOR DE PROTOCOLO, PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, APÓS AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CAMARA CIVEL

2002.000159-2  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
ESTADO DE ALAGOAS  
APEDO :  
TRR-TRANSDIESEL LTDA  
Entrada : 4/1/2006 Retirada : 4/1/2006  
Devolução : 23/1/2006 Saidap/ TJ 24/1/2006

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 4/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ARTAN DE PEREIRA MONTE

1ª CAMARA CIVEL

2006.000044-8  
APELAÇÃO CIVEL  
PASSO DE CAMARAGIBE  
APETE :  
MUNICIPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE  
APEDO :  
CLODOALDO DA SILVA MENDONCA E OUTROS  
Entrada : 18/1/2006 Retirada : 19/1/2006  
Devolução : 23/1/2006 Saidap/ TJ 24/1/2006

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ARTAN DE PEREIRA MONTE

2ª CAMARA CIVEL

2006.000021-1  
REMESSA EX-OFFICIO  
CAPITAL  
REMETE :  
JUIZO  
PARTE(S) :  
ELZA MARIA SILVA DOS SANTOS E OUTRO  
Entrada : 18/1/2006 Retirada : 18/1/2006  
Devolução : 23/1/2006 Saidap/ TJ 24/1/2006

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
DENNIS LIMA CALHEIROS

2ª CAMARA CIVEL

2006.000033-8  
APELAÇÃO CIVEL  
PALMEIRA DOS INDIOS  
APETE :  
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A  
APEDO :  
ERIVALDO BALBINO DA SILVA  
Entrada : 18/1/2006 Retirada : 18/1/2006  
Devolução : 23/1/2006 Saidap/ TJ 24/1/2006

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
SERGIO ROCHA CAVALCANTE JUCA

2ª CAMARA CIVEL

2006.000031-4  
APELAÇÃO CIVEL  
PALMEIRA DOS INDIOS  
APETE :  
MUNICIPIO DE PALMEIRA DOS INDIOS  
APEDO :  
MARIA JOSE DE CARVALHO NASCIMENTO E OUTRO  
Entrada : 18/1/2006 Retirada : 18/1/2006  
Devolução : 23/1/2006 Saidap/ TJ 24/1/2006

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
DENNIS LIMA CALHEIROS

SEÇÃO ESPECIALIZADA CIVEL

2002.000640-3  
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA (SEC)  
CAPITAL  
SUSCITE :  
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE SUCESSOES DA COMARCA DA CAPITAL  
SUSCIDO :  
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CIVEL DE FEITOS NAO PRIVATIVOS DA CAPITAL  
Entrada : 9/11/2005 Retirada : 30/11/2005  
Devolução : 23/1/2006 Saidap/ TJ 24/1/2006

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 9/11/2005  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

BIANCAATTANASIO ANDRADE  
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)

PROTOCOLO GERAL

AO(S) '23' DIA(S) DO MÊS DE JANEIRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTES SETOR DE PROTOCOLO, PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA, APÓS AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CAMARA CIVEL

2005.002208-7  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
ESTADO DE ALAGOAS  
APEDO :  
MARCIA GABRIELLE TENORIO C. ALVES REP/PAI MARCIO DE MELO ALVES  
Entrada :23/1/2006 Retirada :23/1/2006  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 23/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
FRANCISCO JOSE SARMENTO DE AZEVEDO

1ª CAMARA CIVEL

2006.000099-8  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
ESTADO DE ALAGOAS  
APEDO :  
MONICA DA CONSOLACAO CANUTO SALGUEIRO  
Entrada :23/1/2006 Retirada :23/1/2006  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 23/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
FRANCISCO JOSE SARMENTO DE AZEVEDO

2ª CAMARA CIVEL

2006.00064-4  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
CARLOS HENRIQUE VIEIRA DE MELO  
APEDO :  
IPASEAL-INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DE ALAGOAS  
Entrada :20/1/2006 Retirada :23/1/2006  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 20/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
DENNIS LIMA CALHEIROS

2ª CAMARA CIVEL

2005.003114-1  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
MARIO JORGE ATHAYDE PEREIRA  
APEDO :  
P.K. DE O. REP.P/MAE C.M. DE O.

Entrada :20/1/2006 Retirada :23/1/2006  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 20/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
DENNIS LIMA CALHEIROS

BIANCAATTANASIO ANDRADE  
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)

PROTOCOLO GERAL

AO(S) '24' DIA(S) DO MÊS DE JANEIRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTES SETOR DE PROTOCOLO, PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CAMARA CIVEL

2006.000027-3  
APELAÇÃO CIVEL  
PALMEIRA DOS INDIOS  
APETE :  
FAZENDA PUBLICA ESTADUAL  
APEDO :  
MAGAZINE FERREIRA E SILVA LTDA  
Entrada :24/1/2006 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 24/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

1ª CAMARA CIVEL

2006.000034-5  
APELAÇÃO CIVEL  
PALMEIRA DOS INDIOS  
APETE :  
MUNICIPIO DE PALMEIRA DOS INDIOS  
APEDO :  
MARIA DO ROSARIO CANUTO MEDEIROS  
Entrada :24/1/2006 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 24/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
FRANCISCO JOSE SARMENTO DE AZEVEDO

1ª CAMARA CIVEL

2005.003070-9  
AGRAVO DE INSTRUMENTO  
NOVO LINO  
AGRATE :  
CLAUDIMEIRE DE OLIVEIRA SILVA  
AGRADO :  
MUNICIPIO DE JUNDIA  
Entrada :24/1/2006 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 24/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
FRANCISCO JOSE SARMENTO DE AZEVEDO

1ª CAMARA CIVEL

2006.000097-4  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
ESTADO DE ALAGOAS  
APEDO :  
COMMERCE DESENVOLVIMENTO MERCANTIL LTDA (LOJAS ARAPUA)  
Entrada :24/1/2006 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 24/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ARNOLDO PETRUCIO CHAGAS

1ª CAMARA CIVEL

2006.000075-4  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
ESTADO DE ALAGOAS  
APEDO :  
GILBERTO RODRIGUES  
Entrada :24/1/2006 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 24/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

1ª CAMARA CIVEL

2006.000123-7  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
MINISTERIO PUBLICO  
APEDO :  
PEDRO EMANUEL SANTOS ROHENKOHL REPELOS PAIS  
Entrada :24/1/2006 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 24/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
FRANCISCO JOSE SARMENTO DE AZEVEDO

1ª CAMARA CIVEL

2006.000115-8  
APELAÇÃO CIVEL  
PALMEIRA DOS INDIOS  
APETE :  
MUNICIPIO DE PALMEIRA DOS INDIOS  
APEDO :  
ANTONINA CORDEIRO DE SOUZA  
Entrada :24/1/2006 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 24/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ARNOLDO PETRUCIO CHAGAS

CAMARA CRIMINAL

2005.000634-4  
APELAÇÃO CRIMINAL  
CAPITAL  
APETE :  
MANOEL MESSIAS DOS SANTOS  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :20/1/2006 Retirada :20/1/2006  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 24/1/2006  
Tipo: REDISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
DILMAR LOPES CAMERINO

SEÇÃO ESPECIALIZADA CIVEL

2002.000771-0  
ACAO RESCISORIA  
ARAPIRACA

AUTOR :  
REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A  
REU :  
JOAO WELLINGTON BEZERRA LINS E OUTRO  
Entrada :12/4/2005 Retirada :24/1/2006  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 12/4/2005  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

SEÇÃO ESPECIALIZADA CIVEL

2005.000621-0  
ACAO RESCISORIA  
CAPITAL  
AUTOR :  
ONALDO SOUZA EM CAUSA PROPRIA  
REU :  
CONSTRUTORA WALDO JUNIOR LTDA  
Entrada :17/10/2005 Retirada :24/1/2006  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 17/10/2005  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

SEÇÃO ESPECIALIZADA CIVEL

2005.001640-0  
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA (SEC)  
CAPITAL  
SUSCITE :  
JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CIVEL DA CAPITAL  
SUSCIDO :  
JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE MARECHAL DEODORO  
Entrada :8/11/2005 Retirada :24/1/2006  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 8/11/2005  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

SEÇÃO ESPECIALIZADA CIVEL

2005.002381-4  
MANDADO DE SEGURANÇA (SEC)  
CAPITAL  
IMPETE :  
ESPOLIO DE ADELIA BERNADO MENDONCA REP/RESPONSÁVEL JAIRO V.MENDONCA E OUTRO  
IMPEDO :  
JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA DA COMARCA DA CAPITAL  
Entrada :15/12/2005 Retirada :24/1/2006  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 15/12/2005  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2005.0000466-3  
A. DE INST. DESP. DENG DE REC. ESP. (A. CIVEL)  
CAPITAL  
AGRAVANT :  
PAIVA E GAMA LTDA  
AGRAVADO :  
MUNICIPIO DE MACEIO  
Entrada :24/1/2006 Retirada :24/1/2006  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 24/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
COARACY JOSE O. DA FONSECA

-----  
TRIBUNAL PLENO CIVEL  
-----  
2005.002089-4  
Ação DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
CHA PRETA  
AUTOR :  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHA PRETA  
REU :  
CAMARA MUNICIPAL DE CHA PRETA  
Entrada :24/1/2006 Retirada :24/1/2006  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 24/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
COARACY JOSE O.DA FONSECA

-----  
TRIBUNAL PLENO CIVEL  
-----  
2005.001883-7  
R. ESPECIAL (AGRAVO DE INSTRUMENTO)  
CAPITAL  
RECORRTE :  
EMBRATEL-EMPRESA BRASILEIRA DE  
TELECOMUNICACOES S/A  
RECORRDO :  
ESTADO DE ALAGOAS  
Entrada :24/1/2006 Retirada :24/1/2006  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 24/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
COARACY JOSE O.DA FONSECA

-----  
TRIBUNAL PLENO CIVEL  
-----  
2005.001881-3  
A. INST. DESP. DEN. R. EXT. A. INST.  
CAPITAL  
AGRAVATE :  
EMBRATEL-EMPRESA BRASILEIRA DE  
TELECOMUNICACORS S/A  
AGRAVADO :  
ESTADO DE ALAGOAS  
Entrada :24/1/2006 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 24/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
COARACY JOSE O.DA FONSECA

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC  
-----  
2005.002973-7  
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL  
SATUBA  
PACIENTE :  
ADEILDO PINTO DOS SANTOS  
:

Entrada :24/1/2006 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 24/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
DILMAR LOPES CAMERINO

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC  
-----  
2005.003075-4  
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
WALTER FRANCYS OLIVEIRA SANTOS  
:

Entrada :24/1/2006 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 24/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
DILMAR LOPES CAMERINO

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC  
-----  
2005.002585-6  
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL  
CACIMBINHAS  
PACIENTE :  
EDMIR SOARES JULIO  
:

Entrada :24/1/2006 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 24/1/2006  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
DILMAR LOPES CAMERINO

=====  
BIANCAATTANASIO ANDRADE  
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)  
=====

=====  
PROTOCOLO GERAL  
=====

AO(S) '23' DIA(S) DO MÊS DE JANEIRO O FUNCIO-  
NÁRIO  
COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, EN-  
CAMINHO APÓS  
AS 16:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO  
RELACIONADOS:

Proc.182 / 2006  
Interesado:  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
Assunto:  
ENCAMINHANDO RELATORIO  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.183 / 2006  
Interesado:  
DR. MAGNO ALEXANDRE F. MOURA, PROMO-  
TOR DE JUSTIÇA  
Assunto:  
REQUERENDO DIÁRIA(S)  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

LUIZ JOSE DE MELO FALCAO  
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)

=====  
PROTOCOLO GERAL  
=====

AO(S) '24' DIA(S) DO MÊS DE JANEIRO O FUNCIO-  
NÁRIO  
COMPETENTE DO SETOR DE PROTO-  
COLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 16:30, OS SEGUIN-  
TES PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc.184 / 2006  
Interesado:  
DR. LUIZ TENÓRIO OLIVEIRA DE ALMEIDA, PRO-  
MOTOR DE  
JUSTIÇA  
Assunto:  
REQUERENDO DIÁRIA(S)  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.185 / 2006  
Interesado:  
DR. LUIZ TENÓRIO OLIVEIRA DE ALMEIDA, PRO-  
MOTOR DE  
JUSTIÇA  
Assunto:  
REQUERENDO DIÁRIA(S)  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.186 / 2006  
Interesado:  
ITAUTEC PHILCO S/A  
Assunto:  
REQ. PROVIDENCIAS

Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.187 / 2006  
Interesado:  
DR. LUIZ TENÓRIO OLIVEIRA DE ALMEIDA, PRO-  
MOTOR DE  
JUSTIÇA  
Assunto:  
REQUERENDO DIÁRIA(S)  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.188 / 2006  
Interesado:  
SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA ESTADUAL  
Assunto:  
ENCAMINHANDO PROCESSO  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.189 / 2006  
Interesado:  
CÍCERO GUEDES DA SILVA  
Assunto:  
REPRESENTAÇÃO  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.190 / 2006  
Interesado:  
CÍCERO GUEDES DA SILVA  
Assunto:  
REPRESENTAÇÃO

Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.191 / 2006  
Interesado:  
CÍCERO GUEDES DA SILVA  
Assunto:  
REPRESENTAÇÃO  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.192 / 2006  
Interesado:  
MOVIMENTO POPULAR PRÓ-JUSTIÇA E CIDA-  
DANIA DE ALAGOAS  
Assunto:  
REQ. PROVIDENCIAS  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.193 / 2006  
Interesado:  
DR. TADEU COSTA, PROCURADOR DE JUSTIÇA  
APOSENTADO  
Assunto:  
REQUERENDO CERTIDÃO  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

LUIZ JOSE DE MELO FALCAO  
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)

# DISQUE DENÚNCIA

## POLÍCIA CIVIL

# 0800-3284-9390

## LIGAÇÃO GRATUITA

## NÃO PRECISA SE IDENTIFICAR

